



Legislação e Publicações Institucionais – Resolução SE 50, de 7/8/2018

1 – D

Um exercício indiscriminado de fala, com o qual comumente se almeja que o aluno “aprenda a sua vez de falar”, “respeite a vez do colega”, “fale em voz alta, clara e de maneira bem articulada”.

Incorreta. A linguagem oral tratada no documento citado acima pressupõe que os alunos aprendam a organizar discursos orais em diferentes situações de comunicação, ajustando sua fala ao interlocutor, à sua intencionalidade, ao contexto social no qual este discurso acontecerá. O trabalho com linguagem oral difere da fala espontânea da criança.

II - Prática que supõe organizar discursos orais em diferentes situações de comunicação que requerem a organização desses discursos em gêneros típicos do oral.

Correto. A prática de organizar discursos orais exige um planejamento, uma intencionalidade – por parte do professor que ensina e do aluno que aprende. Cabe ao professor incluir em suas aulas a linguagem oral tomada como objeto de ensino. Por exemplo: organizar uma apresentação oral de estudo, elaborando um roteiro de apresentação e selecionando materiais de apoio que podem, inclusive, serem escritos.

III – Atividades frequentes de leitura em voz alta para, entre outros objetivos, se aprimorar a linguagem oral.

Incorreta. Oralizar um texto pela leitura em voz alta contraria o que define o documento como linguagem oral. “Ler em voz alta não constitui um exercício de linguagem oral, mas um exercício de colocar som (voz) no texto grafado e organizado em linguagem escrita; não se trata, portanto, nem de produção, nem de escuta de discurso oral, posto que o texto lido foi produzido anteriormente por outrem – e não pelo leitor - e registrado graficamente para que pudesse ser lido a posteriori.” Bräkling (2013)

IV – Orientações ao aluno para que ele reconte aos colegas, por exemplo, a história “A princesa e o grão de ervilha” lida para a classe pela professora.

Incorreta. Atividades de reconto de uma história não se constituem em práticas de linguagem oral. A esse respeito Bräkling nos alerta que o reconto, (...) é um recurso

para ensino da linguagem escrita, e não oral: reconta-se, “tal como escrito no livro”, “como se estivesse lendo”, ou seja, o foco é a linguagem escrita (apropriação de léxico empregado no texto, conhecimento e apropriação de articuladores que estabelecem relações entre as partes do enunciado etc.). Reconta-se também para recuperar os episódios da história ouvida e para discutir a ordem em que se apresentam na história: ou seja, para tematizar aspectos da organização do discurso escrito. (...) Esse reconto não deve ser confundido com o ato de “contar” uma história. Neste caso, trata-se de uma atividade de linguagem oral, ainda que o registro de linguagem a ser empregado pelo contador possa ser literário. Enquanto no reconto o aluno se prende à linguagem usada pelo autor do texto e o propósito do professor é a linguagem escrita, ao contar uma história o aluno se prende ao enredo – que pode ser verdadeiro ou fictício) e organiza, ajusta o seu discurso para a compreensão de seu interlocutor. O propósito didático do professor neste caso, é a linguagem oral.

V - Vários eventos de comunicação – como seminário, roda de leitores, por exemplo – nos quais circulam gêneros orais que devem ser objeto de ensino.

Correto. Entre os gêneros priorizados para os anos iniciais estão a recomendação literária oral (típica de uma Roda de Leitores), a exposição de conteúdo de estudo e pesquisa (típica de seminários e discussões coletivas de estudo), a apresentação de opiniões (típica de debates e mesas-redondas). Variar os eventos de comunicação possibilita que o aluno aprenda as características diferentes que podem assumir a linguagem oral, dependendo da situação proposta.

2 – B

I – Professora Ana (2º ano): Não acho que a reescrita ajude os alunos na produção de texto, porque eles já conhecem a história. Fica parecendo quase uma cópia.

Incorreto. A reescrita é a produção textual com apoio. É uma atividade que “coloca o foco do aluno na textualização, em si, e não na produção de conteúdo temático. Isso porque nesta atividade o aluno já conhece o texto, sendo que a sua tarefa é reescrevê-lo, recontar por escrito o conteúdo – que pode ser um conto, uma fábula, por exemplo – conhecido”. Não se trata de escrever uma cópia da história proposta.

Junto com o enredo vem a forma, a linguagem que se usa para escrever, diferente da que se usa para falar. Não é desejável a memorização – não é a memória que queremos desenvolver.

II – Professora Célia (1º ano). - Eu percebo que para meus alunos – mesmo os que ainda não escrevem convencionalmente – é sempre muito produtiva a reescrita coletiva. As crianças ditam as história que li e discuti com elas e eu vou escrevendo

na lousa as partes ditadas. A cada momento releio o que já escrevi e pergunto se está bom, se é possível melhorar o texto, como podemos continuar...

Correto. – Antes ainda de os alunos dominarem completamente o sistema de escrita alfabético é desejável o trabalho com produção textual. Neste caso a reescrita coletiva – o ditado ao professor de uma história conhecida – ensina que a linguagem que se escreve é diferente daquela que se fala. Embora não escrevam por si mesmos, os alunos aprendem a usar palavras ou expressões literais do texto original; a controlar o ritmo do que está sendo ditado, quando a fala se ajusta ao tempo da escrita; a retomar o texto escrito pelo professor, a fim de saber o que já está escrito e o que ainda falta escrever; a considerar o destinatário ausente e a necessidade da clareza do texto para que a mensagem possa ser compreendida. Na qualidade de escriba, o professor deve aproveitar para discutir com os alunos o que é preciso para deixar o texto bem escrito, cuidando da linguagem, da coerência, de elementos de substituição para “deixar o texto mais bonito”.

III – Professor João (4º ano). Eu gostaria de socializar uma atividade de produção de texto que trabalhei com minha turma. Organizei os alunos em duplas e lhes entreguei uma história em quadrinhos como fonte de inspiração temática, seguida da comanda: “após ler as tirinhas e relacionar com o que você já sabe sobre o assunto, produza um texto com o título: “A destruição de nossas matas”. Minha expectativa era que escrevessem sobre a destruição do meio ambiente, pois este conteúdo já vinha sendo estudado em classe. No entanto, não foi isso que aconteceu. Algumas duplas apenas descreveram as tirinhas escrevendo um parágrafo para cada uma. Outras fizeram uma lista de prescrições sobre o cuidado com o desmatamento. De qualquer forma, achei válida a atividade, porque os alunos são pequenos e ainda apresentam muitas dificuldades.

Incorreto. Para o professor João o fundamental para produzir um texto é a alimentação temática e não o trabalho textual. As produções em diferentes direções nos levam a supor que não houve preocupação de o professor eleger um gênero em especial, explorando-o e modelizando-o para que os alunos aprendessem a escrever. Sem a definição do gênero em sua consigna, os alunos poderiam escrever um poema, um artigo de opinião, um verbete de enciclopédia, um anúncio... qualquer desses gêneros poderiam ser aceitos. Toda e qualquer proposta de produção de textos deve conter a especificação do contexto de produção para os alunos, pois o ajuste do texto aos parâmetros da situação comunicativa é uma capacidade do

escritor proficiente que deve ser ensinada. O contexto de produção é constituído pela definição de:

- Quem será o leitor do texto a ser escrito (e quais os seus saberes sobre o assunto do texto, relativos ao gênero do texto, que relação possui com o autor do texto, entre outros aspectos);
- Qual a finalidade do texto;
- Em qual portador será publicado (jornal, livro, revista, mural, panfleto, entre outros);
- Em qual esfera – espaço social – circulará (acadêmica, doméstica, jornalística, religiosa, da propaganda, jurídica/legal, artística, entre outras);
- De que lugar social o escritor o produzirá;
- Em qual gênero o texto será organizado (conto, fábula, artigo de opinião, resenha, notícia, reportagem, entre outros).

Outro ponto que também merece destaque é que a produção textual deve fazer parte de situações reais de produção. O professor parece acreditar que ao fornecer aos alunos as imagens sequenciadas estará facilitando / conduzindo melhor o trabalho de produção. Quem em situação de uso da língua se põe a produzir um texto escrito diante de quadrinhos sequenciados?

IV - Professora Joana (5º ano). Estou investindo com minha turma em atividades de revisão textual. Costumo usar diferentes procedimentos: Escolho o texto de um aluno e o coloco na lousa tal como foi escrito depois vou lendo e problematizando a escrita com a turma. Outras vezes organizo os alunos em duplas e lhes entrego uma cópia de um texto produzido por um colega. Chamo a atenção para diferentes aspectos: sequência de ideias, palavras repetidas, clareza para o possível leitor. Não me prendo inicialmente em questões como ortografia...

Correto. Revisão é um procedimento que deve ser ensinado. Em algumas situações podemos considerar a possibilidade de revisar o texto por partes. Principalmente se os textos forem mais longos e as crianças menos experientes. É preciso que os alunos aprendam a localizar os problemas em seus textos e busquem junto com os colegas e o professor as melhores soluções. A revisão é um processo feito em etapas: inicialmente os aspectos discursivos (ver se o texto está legível); depois os aspectos notacionais. A este respeito retomamos Kátia Bräkling (2013) quando diz: “A revisão processual é constitutiva do processo de produção do texto: enquanto escrevemos, releemos a parte produzida e a ajustamos; analisamos a sua adequação

em relação ao trecho anterior; revemos os recursos utilizados para estabelecer a conexão e, se necessário, os readequamos; substituímos palavras utilizados por outras que consideramos mais adequadas. Do ponto de vista da produção, a revisão processual é contínua e concomitante ao processo de produção, em si. Mas há a revisão final – ou posterior - que é realizada depois que uma primeira versão do texto é produzida. Nesse caso, a análise se dá em função do texto inteiro e analisa-se sua coerência e coesão, sua correção gramatical, sua adequação ao contexto de produção de maneira global, e não parcial. Além disso, a revisão ocorre em um momento diferente – posterior – do momento da produção, de modo que o produtor passa a ter um certo distanciamento do texto, ao qual retorna, e o qual relê, revisa e refaz.”

3 – E

A - enquanto responsáveis pelo trabalho da escola, divulguem aqueles princípios aos professores, insistam na sua aplicação e ajudem quando solicitados.

Incorreto. Não basta a divulgação e a cobrança para que os princípios sejam aplicados. Para realmente serem incorporados na prática docente os princípios precisam ser discutidos, compreendidos, acolhidos na sua importância. Esse movimento de apropriação pessoal e coletiva pressupõe um quadro de referências, um repertório que só pode ser garantido se houver estudo, abertura para que aflorem diferentes pontos de vista.

B - como pedagogos, elaborem projetos didáticos interdisciplinares, facilitando que os diversos professores se ajustem às modificações exigidas.

Incorreto. Em nada ajuda na efetivação do currículo proposto a elaboração pelos gestores / pedagogos de projetos interdisciplinares para uso pelos professores. Esta ideia contraria os princípios de coletividade e de autonomia. De acordo com o documento a escola deve partir do princípio de que ninguém conhece tudo e de que o conhecimento coletivo é maior que a soma dos conhecimentos individuais, além de ser qualitativamente diferente. Esse é o ponto de partida para o trabalho colaborativo, para a formação de uma “comunidade aprendente”, nova terminologia para um dos mais antigos ideais educativos. (p. 8)

C - enquanto articuladores das atividades curriculares, observem as aulas dos professores para conferir se o trabalho foca especificamente os conteúdos escolares que precisam ser ensinados, como condição para o desenvolvimento de competências.

Incorreto. De acordo com o documento o currículo escolar não pode ser confundido com um rol de conteúdos disciplinares. A partir da – LDB (lei 9394/1996) ocorre a

mudança do foco do ensino para o da aprendizagem. O desenvolvimento de competências exige a consideração de uma tríade: o aluno com todos os seus saberes e experiências de mundo; - o professor, com suas concepções, suas características pessoais e profissionais e a qualidade de suas mediações - e os conteúdos das disciplinas com suas especificidades e exigências metodologias para seu ensino e aprendizagem.

(D) como responsáveis pela elaboração do projeto pedagógico, utilizem, intencionalmente, os momentos de convivência para divulgá-lo a todos.

Incorreto. Da forma como o item está redigido a ideia que fica é de uma prática gestora espontaneísta, apesar da palavra “intencionalmente”. Não é em qualquer momento de convivência que o documento deve ser tratado. Também não se trata de “divulgar” o documento, dada a sua complexidade e necessidade de compreensão, mas do estudo, apropriação e capacidade de transposição de seus princípios para a rotina de sala de aula.

(E) como formadores, apliquem com professores tudo aquilo que recomendam a estes para aplicarem com seus alunos.

Correto. A coerência nas palavras e nas ações é imprescindível e é uma das chaves para o sucesso das lideranças escolares. Os gestores, como agentes formadores, devem aplicar com os professores tudo aquilo que recomendam a eles que apliquem com seus alunos. Formar professores implica entre outras questões, defender os mesmos princípios que se espera que eles defendam com os alunos. Também os procedimentos didáticos formativos – no caso dos encontros pedagógicos, por exemplo – devem ser a expressão de uma escola onde todos se ouvem e lutam pela qualificação crescente do trabalho educativo.

4 – B

I – As atividades extraclasse não podem ser consideradas curriculares.

Incorreto. Currículo é a expressão de tudo o que existe na cultura científica, artística e humanista, transposto para uma situação de aprendizagem e ensino. Neste sentido todas as atividades da escola são curriculares ou não serão justificáveis no contexto escolar. Mesmo que o aluno desenvolva uma atividade fora da escola, quando retorna e compartilha com sua turma sua experiência, suas impressões, está fazendo currículo.

II – A aprendizagem por competências caracteriza modos de ser, raciocinar e interagir que podem ser apreendidos das ações e das tomadas de decisão em contextos de problemas, tarefas ou atividades.

Correto. Um currículo referido a competências supõe que se aceite o desafio de

promover os conhecimentos próprios de cada disciplina articuladamente às competências e habilidades requeridas na vida real. Diante de um problema, uma determinada situação, espera-se que o aluno mobilize conhecimentos advindos das diferentes disciplinas, de sua observação de mundo, para resolver o problema em questão.

III - É desejável que o professor, quando formula o seu plano de trabalho, indique claramente o que vai ensinar. Assim, após grande esforço, ao final do ano, tendo cumprido seu plano, diante de eventual fracasso do aluno, o professor pode se assegurar de que fez sua parte, ensinando, e que foi o aluno que, por qualquer motivo, não aprendeu.

Incorreto. Uma das razões para se optar por uma educação centrada em competências diz respeito à democratização da escola. Houve um tempo em que a educação escolar era referenciada no ensino – o plano de trabalho da escola indicava o que seria ensinado ao aluno. Essa foi uma das razões pelas quais o currículo escolar foi confundido com um rol de conteúdos disciplinares. A Lei de Diretrizes e Bases – LDB (lei 9394/1996) - deslocou o foco do ensino para o da aprendizagem e, não é por acaso, que sua filosofia não é mais a da liberdade de ensino mas, a do direito de aprender. Ainda de acordo com o documento, dificilmente a unidade entre as escolas seria obtida com ênfase no ensino, porque é quase impossível, em um país como o Brasil, estabelecer o que deve ser ensinado a todos, sem exceção. Por isso optou-se por construir a unidade com ênfase no que é indispensável que todos tenham aprendido ao final do processo, considerando a diversidade.

IV - Só por meio da linguagem será possível concretizar a constituição das demais competências, tanto as gerais como aquelas associadas a disciplinas ou temas específicos. Para desenvolvê-la é indispensável que seja objetivo de aprendizagem de todas as disciplinas do currículo, ao longo de toda a escolaridade básica.

Correto. Por esse caráter essencial da competência de leitura e escrita para a aprendizagem dos conteúdos curriculares de todas as áreas e disciplinas, a responsabilidade por sua aprendizagem e avaliação cabe a todos os professores, que devem transformar seu trabalho em oportunidades nas quais os alunos possam aprender e consolidar o uso da Língua Portuguesa e das outras linguagens e códigos que fazem parte da cultura, bem como das formas de comunicação em cada uma delas. Tal radicalismo na centralidade da competência leitora e escritora, que leva a colocá-la como objetivo de todas as séries e todas as disciplinas, coloca aos gestores (a quem cabe a educação continuada dos professores na escola) a necessidade de

criar oportunidades para que os docentes também desenvolvam essa competência – por cuja constituição, nos alunos, são responsáveis. (p. 13)

5 – C

I – O Dirigente Regional de Ensino constitui Comissão Especial de Supervisores para analisar a documentação que instrui o expediente e elaborar parecer, no qual apontará, se necessário, providências a serem atendidas no relatório, no regimento escolar e Proposta Pedagógica, bem como no prédio e nos equipamentos que forem vistoriados.

Correta. A relação de atribuições e de instruções referentes à Comissão Especial de Supervisores está de acordo com a legislação em vigor, assim como a determinação do Dirigente Regional de Ensino.

Art. 3º - Os pedidos de autorização de funcionamento devem ser protocolados na Diretoria de Ensino com a antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do início das atividades, acompanhados da Proposta Pedagógica, Regimento Escolar e Relatório.

Art. 7º Recebido o pedido, o Dirigente Regional de Ensino designará Comissão de Supervisores de Ensino para análise, acompanhamento e manifestação.

II – Uma Comissão de Supervisores, ao examinar o pedido de autorização de uma escola de educação infantil observou que faltavam aspectos importantes na Proposta Pedagógica apresentada. Nela constavam os seguintes itens:- identificação da Instituição; contextualização e caracterização da escola; - objetivos e metas da Instituição; currículo; - proposta de formação continuada, atualização e aperfeiçoamento da equipe escolar. Os itens faltantes são:

- planta atualizada do prédio, aprovada pela Prefeitura Municipal ou assinada por engenheiro registrado no CREA, ou arquiteto registrado no CAU, que será responsável pela veracidade dos dados;

- descrição sumária dos materiais e dos equipamentos didáticos disponíveis para uso dos alunos e professores;

Incorreta. Os itens apontados não compõem a Proposta Pedagógica da Escola. Fazem parte do Relatório que deve acompanhar a PP e o Regimento Escolar.

Assim, os itens que faltam na Proposta Pedagógica da Escola aparecem abaixo em negrito:

Art. 4º - A Proposta Pedagógica deverá conter, no mínimo: I - identificação da Instituição; II - contextualização e caracterização da escola; III - objetivos e metas da Instituição; **IV - concepção de Educação e de Práticas Escolares**; V - currículo; VI -

proposta de formação continuada, atualização e aperfeiçoamento da equipe escolar; **VII - propostas de trabalho com a comunidade escolar; VIII - formas de acompanhamento, avaliação e adequação da Proposta Pedagógica.**

III – Devem constar no Relatório apresentado pela escola solicitante de autorização de funcionamento os seguintes itens, entre outros: qualificação do Diretor responsável, com sua titulação e "curriculum vitae" resumido; – comprovação de ocupação legal do imóvel onde funcionará o estabelecimento de ensino, por meio de escritura que comprove a propriedade do imóvel; descrição sumária dos espaços, mobiliários e ambientes para atividades pedagógicas e administrativas, com os seus respectivos usos; laudo firmado por profissional registrado no CREA ou no CAU, responsabilizando-se pelas condições de habitabilidade e uso do prédio para o fim proposto, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica de Obras e Serviços.

Correta. Os itens citados acima estão corretos. O relatório completo consta de:

Art. 6º - O Relatório de que trata o caput do artigo 3º deverá conter: I – qualificação do Diretor responsável, com sua titulação e "curriculum vitae" resumido; II – comprovação de ocupação legal do imóvel onde funcionará o estabelecimento de ensino, por meio de escritura que comprove a propriedade do imóvel, ou contrato, no caso de locação ou cessão, em que conste o prazo não inferior a 4 (quatro) anos; III - Auto de Licença de Funcionamento, emitido pela Prefeitura Municipal; (NR) IV – planta atualizada do prédio, aprovada pela Prefeitura Municipal ou assinada por engenheiro registrado no CREA, ou arquiteto registrado no CAU, que será responsável pela veracidade dos dados; V - laudo firmado por profissional registrado no CREA ou no CAU, responsabilizando-se pelas condições de habitabilidade e uso do prédio para o fim proposto, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica de Obras e Serviços (ART ou RRT); VI - descrição sumária dos espaços, mobiliários e ambientes para atividades pedagógicas e administrativas, com os seus respectivos usos, atendendo a legislação pertinente, especialmente a Resolução SS nº 493/1994; VII - descrição sumária dos materiais e dos equipamentos didáticos disponíveis para uso dos alunos e professores; VIII - prova da natureza jurídica da entidade mantenedora (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ), acompanhada de cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos responsáveis; IX - Termo de Responsabilidade, devidamente registrado em Cartório de Títulos e Documentos, firmado pela entidade mantenedora, referente às condições de segurança, higiene, definição do uso do imóvel, à capacidade financeira para manutenção do

estabelecimento e cursos pretendidos e à capacidade técnico-administrativa para manter o acervo e registros dos documentos escolares regularmente expedidos.

IV – São corretos o que constam nos seguintes artigos:

Art. 17 - O funcionamento do estabelecimento de ensino em mais de um endereço poderá ocorrer automaticamente, sem autorização prévia da Diretoria de Ensino, uma vez que, para a sede central, a autorização de funcionamento já foi concedida.

Art. 18 - A mudança de denominação de estabelecimento de ensino deverá ser comunicada ao supervisor que acompanha a escola e à comunidade escolar.

Incorreta.

Os artigos 17 e 18 tratados na questão estão assim redigidos:

Art. 17 - O funcionamento do estabelecimento de ensino em mais de um endereço dependerá de autorização prévia da Diretoria de Ensino, que analisará o pedido nos termos dessa Deliberação.

Art. 18 - A mudança de denominação de estabelecimento de ensino deverá ser comunicada à Diretoria de Ensino, acompanhada da documentação com as adequações regimentais necessárias, para a devida análise e publicação.

6 – D

Esta é uma questão longa, com várias afirmações, portanto, indicamos que ao ler cada afirmação vá colocando (C) para aquelas que você considera corretas e (E) para aquelas que considera erradas e (D) para aquelas que ainda está em dúvida. Isto ajudará na hora de optar por uma das alternativas e fará você ganhar tempo. Exemplo: se ao iniciar a leitura você coloca (C) de correta na primeira afirmação, já elimina as alternativas B e C. Ou seja, é possível responder por eliminação. Nesta questão todas as afirmações estão corretas, portanto, alternativa D.

7 – A

Veja que a questão solicita que você assinale a alternativa “INCORRETA”, ou seja, terá de descartar as questões corretas. A afirmação I é incorreta pois afirma que os Supervisores de Ensino devem exercer, por meio de visita semestral, a supervisão e fiscalização das escolas incluídas no setor de trabalho. A palavra “semestral” não existe na legislação atual, tornando a afirmativa falsa. O texto legal estabelece: “I - exercer, por meio de visita, a supervisão e fiscalização das escolas incluídas no setor de trabalho...”. Mesmo que a alternativa A tenha uma outra afirmação verdadeira (no caso a II) ela, em sua totalidade, torna-se falsa. Todas as demais afirmações estão corretas, portanto, devemos descartar as alternativas B, C, D e E.

8 – B

A legislação estabelece que o voto dos estudantes no processo eleitoral seja direto e secreto e, para garantir a lisura do processo, deverá utilizar-se inclusive, da legislação eleitoral vigente no país.

9 – C

Todos os aspectos apontados na questão devem ser considerados visando sua coerência com o projeto de sociedade que se tenta construir, ou seja, um projeto de sociedade efetivamente comprometido com os interesses e as necessidades da grande maioria excluída do exercício de uma cidadania plena. Nesse processo de elaboração do projeto político-pedagógico da escola, compete ao Conselho Escolar debater e tornar claros os objetivos e os valores a serem coletivamente assumidos, definir prioridades, contribuir para a organização do currículo escolar e para a criação de um cotidiano de reuniões de estudo e reflexão contínuas, que inclua, principalmente, a avaliação do trabalho escolar.

10 – E

Com base no texto e legislação vigente, ficam os diretores das escolas como “membros natos”, isto é, os diretores no exercício da função têm a sua participação assegurada no Conselho Escolar, sem necessidade de processo eletivo.

11 – E

As atividades a serem desenvolvidas para alcançar os objetivos especificados nos incisos I, II, III, IV e V, deverão estar previstas em um Plano Anual de Trabalho elaborado pela Associação de Pais e Mestres e integrado no Plano Escolar. O texto é de 1978, o que gera dúvidas em relação a alguns termos, mas é o que está escrito na lei.

Muito cuidado com este tipo de questão. A palavra “somente” no início da afirmação elimina as outras afirmações, ou seja, aponta que elas estão erradas. Nesta questão, todas as afirmações estão corretas, portanto, somente a alternativa E atende a este requisito.

12 – D

Atente-se que o selecionador quer como resposta a alternativa FALSA, portanto, elimine as afirmações verdadeiras.

Lembramos que a legislação, em seu Artigo 7.º, estabelece que a contribuição será sempre facultativa (não obrigatória).

O caráter facultativo das contribuições não isenta os sócios do dever moral de, dentro de suas possibilidades, cooperar para a constituição do fundo financeiro da Associação.

Também estabelece que no início de cada ano letivo e após haver encerrado o período de matrículas, previsto no calendário escolar, serão fixadas a forma e a época para a campanha de arrecadação das contribuições dos sócios.

Assim sendo, não há legalidade para cobrança ou vinculação de matrícula a qualquer tipo de pagamento ou contribuição, o que torna falsa a taxa no ato da matrícula.

Lembramos que mesmo tendo uma afirmação verdadeira (V) na alternativa D, ela se torna falsa na sua totalidade.

13 – C

Em hipótese alguma a prerrogativa de classificação e reclassificação pode ter como objetivo forçar ou antecipar a saída de um aluno do sistema educacional por questões disciplinares, muito pelo contrário, ele visa atender necessidades específicas de cada aluno, garantindo sua permanência em condições mais adequadas no espaço escolar. Nunca é demais repetir que todos os procedimentos de classificação e reclassificação devem ser coerentes com a proposta pedagógica e constar do regimento escolar, para que possam produzir efeitos legais. Cabe à escola de origem oferecer informações as mais detalhadas possíveis sobre o aluno, de maneira a permitir, à escola que o recebe, o pleno conhecimento de sua vida escolar, para fins de classificação. Embora se trate de opção da escola, este Conselho, na sua função de órgão normativo do sistema, entende serem necessários certos cuidados: a) a admissão, sem escolarização anterior correspondente, deve ser requerida no início do período letivo e, só excepcionalmente, diante de fatos relevantes, em outra época; b) o interessado deve indicar a série em que pretende matrícula, observada a correlação com a idade; c) recomenda-se prova sobre as matérias da base nacional comum dos currículos, com o conteúdo da série imediatamente anterior à pretendida; d) incluir obrigatoriamente na prova uma redação em língua portuguesa; e) avaliação por comissão de três professores ou especialistas, e Conselho de Classe, do grau de desenvolvimento e maturidade do candidato para cursar a série pretendida. O sistema, ao só permitir o ingresso até a série correlata com a idade, resguarda o interesse do candidato. De qualquer forma, ficará aberta ao interessado a possibilidade de obter reclassificação para série mais adiantada, nos termos do artigo 23, § 1º, quando demonstre cabalmente grau de desenvolvimento e maturidade para tanto.

Lembramos que mesmo tendo uma afirmação verdadeira (I) na alternativa C, ela se torna falsa na sua totalidade.

14 – A

I - Identificação do estabelecimento, com indicação do ato administrativo que autorizou seu funcionamento.

II - Fins e objetivos do estabelecimento.

III - Organização Administrativa e Técnica. As instituições de ensino devem atentar para o conceito de gestão democrática do ensino, nos termos do artigo 3º, inciso VIII, e artigo 14, ambos da Lei 9.394/96.

IV - Organização da Vida Escolar. Níveis e modalidades de educação e ensino; fins e objetivos dos cursos; mínimos de duração e carga horária; critérios de organização curricular; critérios para composição dos currículos, atendidas a base nacional comum e a parte diversificada; verificação do rendimento escolar, formas de avaliação, recuperação, promoção, retenção, classificação e reclassificação; sistema de controle de frequência; matrícula e transferência; estágios; expedição de históricos escolares, declarações de conclusão de série, certificados de conclusão de cursos e diplomas.

V - Direitos e Deveres dos Participantes do Processo Educativo. Princípios que regem as relações entre os participantes do processo educativo; princípios referentes a deveres e direitos dos alunos, professores, funcionários e pais, as sanções e vias recursais cabíveis, entre outros.

15 – C

Observe que o avaliador solicita que aponte a alternativa incorreta. As afirmações I, II e IV estão corretas, portanto, descartamos as alternativas A, B e D. Também podemos descartar a alternativa E (que pode te confundir. Veja que mesmo sendo repetitiva ela é correta, portanto, deve ser descartada!).

No texto original da Indicação CEE 13/97 fica estabelecido que “**Escolas Municipais**: a competência é do Sistema **Municipal** de Ensino e, quando de sua inexistência, o encaminhamento será feito às respectivas Diretorias Estaduais de Ensino. A afirmação fala de “Sistema Estadual”, o que é falso.

16 – E

Ao fazer a leitura dessas 7 afirmações (dos direitos) coloque C (de certo – em acordo com a lei) ou E (de errado – em desacordo com a lei). Tal procedimento facilitará no momento em que for responder (optar por uma alternativa) e ainda fará você ganhar tempo.

Veja que é solicitado que você aponte a alternativa que está “em acordo” com a legislação em vigor. Neste caso, todas as 7 afirmações estão corretas (em acordo), portanto, a palavra “Apenas” no começo da frase elimina as 4 primeiras alternativas (A, B, C, D).

17 – D

O autor da questão solicita que você encontre a alternativa com as

informações falsas e não as verdadeiras. Preste atenção nos enunciados.

Assim sendo, a afirmação II é falsa. A legislação não permite que o aluno seja impedido de participar de quaisquer atividades escolares em razão de qualquer carência material. No parágrafo único do artigo 63 fica estabelecido que constitui falta grave tal procedimento.

A afirmação VIII também é falsa. É de fundamental importância a participação dos educadores no Conselho de Escola, considerado um espaço democrático e deliberativo para as questões de interesse coletivo.

18 – D

Como a pergunta foi feita com base na Resolução SE 81 a resposta deve ser dada com base na mesma.

Lembramos que a Resolução SE 81 é de 16/12/2011, portanto, tratava de 2 ciclos, o que foi alterado posteriormente.

A Resolução SE 3, de 16-1-2014 alterou dispositivos da Resolução SE 81, de 16-12- 2011. Entre as alterações determinou que, para efeito do regime de progressão continuada, os anos iniciais e finais do ensino fundamental serão organizados em 3 (três) ciclos de aprendizagem, na conformidade do que dispõe a Resolução SE n° 74, de 8 de novembro de 2013.

19 – A

Conforme legislação, o Ensino Religioso é OBRIGATÓRIO à escola e FACULTATIVO ao aluno.

O Ensino Religioso é uma disciplina que deve ser ofertada obrigatoriamente pelas instituições de ensino. No entanto, ela é facultativa (optativo) para o aluno. Sua atual proposta foi elaborada a partir dos princípios da educação nacional que propõe a superação de toda forma de preconceito religioso, o respeito à diversidade cultural e religiosa bem como o pleno desenvolvimento da pessoa. A oferta do Ensino Religioso nos estabelecimentos de ensino é regulamentada pela Constituição Federal de 1988 que em seu artigo nº 210, estabelece a obrigatoriedade do Ensino Religioso para a escola pública:

§ 1º - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

20 – C

É muito importante atentar-se para o texto introdutório da questão, o que facilita encontrar a alternativa correta. Neste caso, logo de início, fica muito claro no texto o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder, garantindo assim a defesa de direitos.

Assim sendo, as afirmações I e II estão em acordo com o texto introdutório, enquanto as afirmações III e IV, divergem do texto inicial, contrariando a lei em vigor e os princípios de um Estado democrático, que é dar garantia aos direitos individuais e coletivos.

Lembramos que a existência de uma afirmação falsa e outra verdadeira em uma mesma alternativa, torna a alternativa falsa.

21 – B

Todas as afirmações estão corretas. Lembre-se que a legislação em questão é de 1968 o que poderá gerar alguma dúvida. A palavra “Apenas” no início da alternativa, retira a veracidade das outras afirmações, tornando-as falsas.

22 – C

Por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação especial, organizada de forma paralela à educação comum, seria a forma mais apropriada para o atendimento de estudantes que apresentavam deficiência ou que não se adequassem à estrutura rígida dos sistemas de ensino.

Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas que enfatizam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à sua dimensão pedagógica. O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vêm modificando os conceitos, a legislação, as práticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas regulares e da educação especial.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular desde a educação infantil até o ensino superior, passando pelo ensino fundamental e médio.

Portanto, a afirmação I está ERRADA, pois cita que a transversalidade da educação especial se dá apenas no ensino fundamental, quando na verdade o documento **“Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008”** garante a transversalidade da educação especial **desde a educação infantil até o ensino superior.**

23 – A

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados públicos ou conveniados.

As afirmações da pergunta indicam de que modo o atendimento educacional especializado acontece nos diferentes níveis, etapas e modalidades da Educação.

24 – C

Segundo o documento **“Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva**

da Educação Inclusiva – MEC/2008)” a avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do estudante quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica **processual e formativa** que analisa o desempenho do aluno **em relação ao seu processo individual**, prevalecendo na avaliação os **aspectos qualitativos** que indiquem as intervenções pedagógicas do professor.

25 – A

A afirmação I está **INCORRETA**. Segundo a Deliberação CEE-138 de 11 de fevereiro de 2016, as instituições que mantêm educação infantil **juntamente com outra modalidade de educação básica**, pertencem ao sistema estadual de ensino. As instituições que mantêm **exclusivamente** o atendimento na educação infantil pertencem ao sistema municipal de ensino.

Cabe também ressaltar que essa Deliberação fixa normas para autorização de funcionamento e supervisão de cursos presenciais. Os cursos oferecidos na modalidade a distância possuem regulamentação própria.

26 – E

De acordo com **Deliberação CEE – 138 de 11 de fevereiro de 2016** os pedidos para autorização de funcionamento devem obrigatoriamente ser acompanhados de Proposta Pedagógica, Regimento Escolar e Relatório.

A Proposta Pedagógica deve conter, no mínimo, os itens indicados nas afirmações da questão.

Quanto ao Regimento Escolar, cabe destacar que a **Deliberação CEE – 138 de 11 de fevereiro de 2016** determina que o mesmo deve ser fundamentado na Proposta Pedagógica e deve ser elaborado a partir das normas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação e demais atos normativos.

27 – B

A **Deliberação CEE – 138 de 11 de fevereiro de 2016** traz de fato uma longa lista de nove itens que deve compor o Relatório, item obrigatório para o pedido de autorização de funcionamento juntamente à Diretoria de Ensino (os outros itens são: Proposta Pedagógica e Regimento), porém não são itens obrigatórios do Relatório o auto de vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB e a relação do quadro de Recursos Humanos, acompanhada dos comprovantes de habilitação dos profissionais.

28 – A

Segundo a Resolução SE-51 de 1 de novembro de 2017, o Supervisor de Ensino tem como responsabilidade as atribuições elencadas nas afirmações I, II, III e IV.

Cabe ressaltar que a ele podem ser delegadas outras atribuições em relação ao processo de autorização de funcionamento e supervisão dos estabelecimentos de ensino e cursos privados, desde que determinado pelo Dirigente Regional de Ensino.

29 – E

Em hipótese alguma os Conselhos de classe e série tem como atribuição reunir-se com o objetivo de reprovação e transferência de alunos indisciplinados. O foco do conselho está no debate do processo ensino e aprendizagem com vistas a garantir uma educação de qualidade a todos os alunos, sem exceção.

Lembre-se que o selecionador quer que você aponte a alternativa “Incorreta”.

30 – B

Veja que o termo “Somente” elimina as demais afirmações. Como todas as afirmações estão corretas, somente a alternativa B atende esse quesito. Cuidado com a alternativa E, ela pode confundir pois afirma que todas as afirmações estão “INCORRETAS”, portanto é falsa/incorreta.

31 – D

Os dados existentes, cujo conhecimento houver sido ocultado ao interessado, quando de sua solicitação de informações, **não poderão, em hipótese alguma**, ser utilizados em quaisquer procedimentos que vierem a ser contra o mesmo instaurados, portanto,

a afirmativa IV está incorreta. Sendo incorreta tal afirmativa, a alternativa D está incorreta e não correta.

Ainda em acordo com a lei, é proibida a inserção ou conservação em fichário ou registro de dados nominais relativos a opiniões políticas, filosóficas ou religiosas, origem racial, orientação sexual e filiação sindical ou partidária e também é vedada a utilização, sem autorização prévia do interessado, de dados pessoais para outros fins que não aqueles para os quais foram prestados.

32 – B

Essa legislação está querendo dizer que a escola pode ampliar sua matriz curricular utilizando do expediente da modalidade semipresencial no limite máximo de 20% do total de horas destinadas ao curso, utilizando para isso recursos tecnológicos de informação e comunicação remota, isto é, a distância e via internet. Isso ampliaria a matriz curricular sem, no entanto, ter que disponibilizar espaço físico, onde, em muitos lugares não é possível.

33 – E

A afirmação V é falsa pois não é objetivo dos Ciclos ampliar a reprovação, muito pelo contrário, é garantir aprendizagem a todos, respeitando-se os tempos individuais, que são diferentes.

O documento traz um processo de discussão para reorganização dos ciclos. Inicialmente, por este documento, chegou-se a apontar que Ensino Fundamental, em regime de progressão continuada, passaria a ser organizado da seguinte forma: Ciclo I de Aprendizagem: duração de três anos (6, 7 e 8 anos de idade); Ciclo II de Aprendizagem: duração de dois anos (9 e 10 anos de idade); Ciclo III de Aprendizagem: duração de 4 anos (de 11 a 14 anos de idade). No entanto, essa proposta não foi adiante.

Posteriormente foi editada a Resolução SE 73 de 29/12/2014 que estabeleceu em seu Artigo 4º que os Ciclos de Aprendizagem, compreendidos como espaços temporais interdependentes e articulados entre si, definem-se ao longo dos nove anos do Ensino Fundamental, na seguinte conformidade:

I - Ciclo de Alfabetização, do 1º ao 3º ano;

II - Ciclo Intermediário, do 4º ao 6º ano;

III - Ciclo Final, do 7º ao 9º ano.

34 – D

Segundo o Documento “Reorganização do ensino fundamental e do ensino médio”, a organização de um tempo escolar é importante para criar melhores condições para o aluno apropriar-se de conhecimentos relevantes para sua formação integral. É necessário criar condições favoráveis ao desenvolvimento de práticas pedagógicas que assegurem ao aluno o acesso e apropriação de conhecimentos necessários à construção de sua formação integral.

35 – D

De acordo com o artigo 2º do Decreto 55.078 de 25 de novembro de 2009, há quatro jornadas de trabalho docente e o professor pode, anualmente, escolher entre uma das seguintes jornadas: a) Jornada Integral de Trabalho Docente; b) Jornada Básica de Trabalho Docente; c) Jornada Inicial de Trabalho Docente e d) Jornada Reduzida de Trabalho Docente.

36 – A

Segundo o Decreto nº 55.078, de 25 de novembro de 2009 é possível a acumulação de cargos, seja de docência com outra docência, ou docência com cargos de suporte

pedagógico, desde que respeitadas as quantidades de horas semanais para o acúmulo (nesse caso 64 horas) e as compatibilidades de horários, tempos de deslocamento entre os órgãos/unidades e as devidas publicações autorizando as acumulações de cargos.

O artigo 12 do Decreto 55.078/2009 deixa claro que fica vedada a acumulação de cargos no âmbito da Secretaria de Educação.

37 – B

Segundo o Decreto 62.216 de 14 de outubro de 2016, durante o estágio probatório, que compreende o período **dos primeiros 1.095 (um mil e noventa e cinco) dias de efetivo exercício**, o Diretor de Escola será submetido à Avaliação Especial de Desempenho e deverá frequentar o Curso Específico de Formação. Essa Avaliação deve levar em consideração os critérios estabelecidos nas afirmações I, II, III, IV, V, VI e VII.

Ainda de acordo com o Decreto 62.216/2016 o Plano de Gestão da Escola é o instrumento dinâmico, elaborado coletivamente pelos membros da equipe escolar, com vigência de quatro anos e atualização anual, que veicula conteúdo pedagógico e administrativo, consolidando medidas para o desenvolvimento dos integrantes da comunidade escolar e as metas de melhoria dos resultados educacionais, entre outras medidas consideradas necessárias à boa qualidade do ensino.

38 – D

A afirmação V não consta do Decreto, portanto, é incorreta.

O Decreto 62.216/2016 estabelece que o procedimento de avaliação do Diretor de Escola em estágio probatório deve ser realizada pelas chefias mediata e imediata do Diretor de Escola, pelas Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos e de Educação Básica da Secretaria de Educação e pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo, tendo em vista que a participação do Diretor de Escola em estágio probatório em Cursos Específicos de Formação.

Ainda de acordo com o Decreto 62.216/2016, caberá à Comissão de Avaliação Especial de desempenho: implantar a Avaliação Especial de Desempenho e expedir relatório circunstanciado sobre a conduta e o desempenho profissional do servidor; manifestar-se de forma fundamentada sobre a confirmação ou não do Diretor de Escola no cargo e apreciar e manifestar-se conclusivamente sobre os recursos interpostos pelo servidor.

39 – B

Segundo a Lei Complementar 1.256/2016 a Gratificação de Gestão Educacional – GGE- é uma gratificação paga aos integrantes das classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério, em efetivo exercício na Secretaria da Educação.

A referência para o pagamento do GGE é a Faixa 1, Nível I, da Estrutura I, da Escala de vencimentos – Classe de Suporte Pedagógico – EV-CSP. Aos integrantes da classe dos gestores serão incididos os seguintes percentuais:

35%	Diretor de Escola e Supervisor de Ensino
40%	Dirigente Regional de Ensino

Outro importante destaque é que sobre o valor da Gratificação de Gestão Educacional incidirão os adicionais por tempo de serviço e a sexta-parte dos vencimentos, quando for o caso. O valor da gratificação de que trata o artigo 8º desta lei complementar será computado para o cálculo do décimo terceiro salário, das férias e do acréscimo de 1/3 (um terço) de férias.

40 – A

A Constituição Federal dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da Educação Básica dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, bem como assegura sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo e o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

41 – B

A afirmação errada nesta questão é a VI - Gestão democrática facultativa do ensino público, pois no Brasil, por força da Constituição Federal a gestão democrática não é facultativa. Todas as instituições de ensino devem organizar seu Projeto Político Pedagógico coletivamente, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar representado pelo Conselho de Escola e demais instituições auxiliares pois, gestão democrática implica em decisões coletivas.

A gestão democrática constitui-se em instrumento de horizontalização das relações, de vivência e convivência colegiada, superando o autoritarismo no planejamento e na concepção e organização curricular, educando para a conquista da cidadania plena e fortalecendo a ação conjunta.

No exercício da gestão democrática, a escola deve se empenhar para constituir-se em espaço das diferenças e da pluralidade.

42 – D

A educação brasileira está organizada em 2 níveis: Ensino Superior e Educação Básica.

A Educação Básica se divide em 3 etapas:

- ✓ Educação Infantil (creche e pré-escola).
- ✓ Ensino Fundamental (anos iniciais e finais).
- ✓ Médio.

A educação conta também com 7 modalidades:

- ✓ Educação Especial.
- ✓ Educação à Distância.
- ✓ Educação de Jovens e Adultos.
- ✓ Educação Profissional e Tecnológica.
- ✓ Educação Escolar Indígena.
- ✓ Educação Básica do Campo.
- ✓ Educação Escolar Quilombola.

43 – C

O inciso I do artigo 24 dispõe sobre a carga horária anual para o ensino fundamental e para o ensino médio. Importante saber que a LDB estabelece a carga horária mínima e não determina que serão 800 horas distribuídas em 200 dias. Atenção!

- I. A carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

44 – E

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoa humana em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento negligente, desumano, discriminatório, cruel, violento, aterrorizante, opressor, vexatório ou constrangedor e assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária e tem primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

45 – A

Considera-se castigo físico a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em lesão e sofrimento físico.

Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

46 – D

A Constituição Federal, em seu artigo 214, determina que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Em atendimento ao previsto na Constituição Federal, a Lei 13.005, de 25/06/14, atualmente em vigor, em seu artigo primeiro define que a vigência da norma será de 10 anos, a partir da data de sua publicação.

47 – C

A Meta 5 define que os sistemas de ensino/ instituições deverão alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o 3º ano do ensino fundamental, por meio das seguintes estratégias:

5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2) instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

5.3) selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5) apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;

5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização;

5.7) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

48 – A

A Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é clara quando explicita que as pessoas com deficiência devem ser tratadas em condições de igualdade, não cabendo qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada na deficiência, com o propósito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades, com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos

âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro e sua plena inclusão na sociedade.

49 – B

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência assim como a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência considera que a deficiência não está na pessoa, mas na relação entre a pessoa (que tem impedimentos em alguma área) com o meio (barreiras), que impedem sua participação plena na sociedade. O conceito passa do modelo médico para o modelo social, tira o foco da deficiência e coloca na eliminação de barreiras.

50 – B

Um desafio com que se depara o Ensino Fundamental diz respeito à sua articulação com as de mais etapas da educação, especialmente com a Educação Infantil e com o Ensino Médio. A falta de articulação entre as diferentes etapas da Educação Básica tem criado barreiras que dificultam o percurso escolar dos alunos. Para a sua superação é preciso que o Ensino Fundamental passe a incorporar tanto algumas práticas que integram a Educação Infantil, assim como traga para o seu interior preocupações compartilhadas por grande parte dos professores do Ensino Médio, como a necessidade de sistematizar conhecimentos, de proporcionar oportunidades para a formação de conceitos e a preocupação com o desenvolvimento do raciocínio abstrato, dentre outras.

O Ensino Fundamental precisa superar também os problemas localizados na passagem das séries iniciais e a das séries finais dessa etapa, decorrentes de duas diferentes tradições de ensino. Os alunos, ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais. Essa transição acentua a necessidade de um planejamento curricular integrado e sequencial para que não haja rupturas.

51 – A

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, estabelecidas no Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e na Resolução CNE/CEB nº 1/2000 determinam que a idade inicial para matrícula em cursos de EJA é a de 14 anos completos para o Ensino Fundamental e a de 17 anos para o Ensino Médio. No entanto, dois Pareceres da Câmara de Educação Básica (nº 36/2004 e nº 29/2006) reexaminaram a Resolução CNE/CEB nº 1/2000 e propuseram as idades de 15 anos e 18 anos como os parâmetros para o Ensino Fundamental e Médio, respectivamente.

52 – D

A escola de qualidade social adota como centralidade o estudante e a aprendizagem, é comprometida com a igualdade do acesso de todos ao conhecimento e empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade. A escola de qualidade social contribui para dirimir as desigualdades historicamente produzidas e é considerada uma conquista coletiva.

53 – E

As dimensões do cuidar e do educar, em sua inseparabilidade, buscam recuperar a centralidade da educação básica, que é o educando, pessoa em formação na sua essência humana.

Os conceitos referenciais do cuidar e educar, são norteadoras do Projeto Político Pedagógico elaborado e executado pela comunidade educacional, para assegurar a aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento dos educandos.

54 – D

De acordo com o artigo 240 da Constituição Estadual, os Municípios e o Estado têm obrigação de oferecer o ensino fundamental, no entanto os Municípios oferecerão de forma prioritária, assim atenderão mais alunos que o Estado nesta etapa, pois o Estado tem obrigação de oferecer o ensino médio, quase que exclusivamente, tendo em vista que os Municípios só poderão desenvolver esta etapa após terem atendido toda a demanda de ensino fundamental que lhes couber, bem como da educação pré-escolar.

55 – B

O Decreto nº 57.571 institui, junto à Secretaria da Educação, o Programa Educação - Compromisso de São Paulo, com a finalidade de promover amplamente a educação de qualidade na rede pública estadual de ensino e a valorização de seus profissionais e diante disso a alternativa B está fora do contexto de melhoria da rede estadual pretendida, pois é preciso buscar incansavelmente a melhoria da atratividade e da qualidade do ensino médio, para que os alunos não abandonem o curso, sintam sua pertinência, sua relevância e se dediquem para ter sucesso na aprendizagem.

56 – D

A diretora da escola agiu corretamente ao indeferir a solicitação do aluno, pois em se tratando de alunos menores de idade, é necessária a manifestação expressa dos pais ou responsáveis autorizando a inclusão do nome social.

As escolas do Estado de São Paulo, em respeito à cidadania, aos direitos humanos, à diversidade, ao pluralismo e à dignidade humana, incluirão, a pedido dos interessados, além do nome civil, o nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos.

Importante ressaltar que no histórico escolar, no certificado de conclusão e no diploma constará somente o nome civil.

57 – A

Todas as afirmações são diretrizes que compõem o Plano Estadual de Educação de São Paulo e caberá aos gestores adotar as medidas necessárias para consecução das metas previstas e para a implementação das estratégias estabelecidas no Plano Estadual de Educação – PEE.

O Plano terá o prazo de vigência de 10 anos a contar da data de publicação da lei.

58 – E

Justiça Restaurativa é uma forma de gerenciamento de conflitos, através do qual um facilitador auxilia todas as partes direta e indiretamente envolvidas num conflito, a realizarem um processo dialógico visando transformar uma relação de resistência e oposição em relação de cooperação.

Nesse processo, através de técnicas de comunicação não violenta, os envolvidos decidem coletivamente como lidar com circunstâncias decorrentes do ato danoso e suas implicações para o futuro, levando à responsabilização, à reparação de danos e à reintegração, com o fortalecimento dos laços comunitários e à prevenção de futuros conflitos.

A abordagem de uma cultura de paz e de introdução dos valores da convivência nas escolas é fundamental para uma formação mais cidadã das nossas crianças e jovens e é uma necessidade dos tempos atuais.

Ao aprender sobre o conflito, as crianças e os jovens aprendem mais sobre eles mesmos.

59 – C

Todos os itens estão de acordo com os pressupostos da Justiça Restaurativa.

Nas escolas, os princípios e valores das práticas restaurativas têm se revelado importantes para criar uma cultura de diálogo, respeito mútuo e de paz.

As práticas restaurativas possibilitam uma melhoria nos relacionamentos e passa-se a

encarar os conflitos como oportunidades de mudança e de aprendizagem, ressaltando os valores da inclusão, do pertencimento, da escuta ativa e da solidariedade.

Fazer a transição do sistema tradicional punitivo para as práticas restaurativas requer o uso de estratégias de curto, médio e longo prazo, em razão das tensões, das resistências e das dificuldades de compreensão do sistema.

A Justiça Restaurativa busca criar:

- a rede primária de apoio que é a parceria entre a pessoa que precisa enfrentar e superar problemas, e outras que poderão ajudá-la e dar-lhe o suporte necessário, e
- a rede secundária de apoio que são instituições oficiais que desenvolvem funções específicas ou fornecem serviços de apoio à criança, ao adolescente e a suas famílias: (CAPs – Centro de Atenção Psicossocial, CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, CREAS, Secretaria da Saúde, Educação, etc). A própria escola está apta a articular-se com as demais instituições para compartilhar necessidades, discutir casos e realizar planos de ação determinados, principalmente por meio dos Conselhos Escolares.

60 – D

A vinculação/ adesão do ente federativo ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação far-se-á por meio de termo de adesão voluntária e implica a assunção da responsabilidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica em sua esfera de competência, expressa pelo cumprimento de meta de evolução do IDEB e atendimento das diretrizes relacionadas no art. 2º do Decreto nº 6.094/07, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

61 – A

O apoio da União será oferecido para os entes federativos que elaborarem um Plano de Ações Articuladas – PAR.

O PAR é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa ao cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes.

O apoio do Ministério da Educação será orientado a partir dos seguintes eixos:

- I - Gestão educacional.
- II - Formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar.
- III - Recursos pedagógicos.
- IV - Infraestrutura física.

62 – D

A escola deve comunicar, por escrito, aos pais, ao Conselho Tutelar e à Vara da Infância e da Juventude, quando for atingido o limite de 20% de faltas, em caráter preventivo, a fim de que não seja ultrapassado o limite máximo de 25% de ausências, o que acarretaria retenção por faltas.

63 – A

O correto nesses casos é a família ou o próprio aluno, se maior de idade, fazer o requerimento à escola solicitando condições especiais para atividades escolares anexando o atestado médico.

Verificada a existência de requisitos e de condições necessárias à continuidade de estudos, a direção incluirá no despacho a indicação dos procedimentos pedagógicos a serem adotados no caso.

A escola procederá de modo que o aluno ou seus familiares tenham plena compreensão de que se trata de colaboração entre a família e a escola, em que todos têm sua parte a cumprir para que esses estudos tenham sucesso.

64 – D

A decisão de deferimento do requerimento solicitando condições especiais de

atividades escolares, a que se refere esta Deliberação, é de competência da direção da instituição educacional, que deve zelar pela confidencialidade do diagnóstico e dos dados e informações médicas que lhe sejam inerentes, bem como pela privacidade e respeito ao aluno e de seus familiares.

65 – E

Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, bem como às autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

66 – C

O pedido de informações deverá ser apresentado ao Serviço de Informações ao Cidadão - SIC do órgão ou entidade responsável pela informação, que deverá conceder o acesso imediato às informações disponíveis e na impossibilidade de conceder o acesso imediato contará com um prazo não superior a 20 dias. O serviço é gratuito.

67 – A

Todos os itens elencados estão corretos. Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público. Essas apenações só serão aplicadas após conclusão de processos administrativos instaurados para apurar responsabilidades garantindo ao funcionário amplo direito de defesa.

68 – B

Os funcionários públicos não devem cumprir toda e qualquer ordem superior, devem cumprir somente ordens legais e quando receberem ordens manifestadamente ilegais devem representar ao chefe mediato, ou seja, chefe superior ao que deu a ordem ilegal.

Conhecer as leis que disciplinam o trabalho, em especial o Estatuto dos Funcionários Públicos, é imprescindível para não acatar ordens ilegais e não incorrer em erros que podem levar a uma apenação.

69 – C

Todas as afirmações estão corretas e previstas no artigo 242 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado (Lei 12.261/69).

A não observância das proibições previstas no artigo 242, bem como as previstas nos artigos 243e 244 da lei ensejarão em penalidades previstas no mesmo dispositivo legal.

70 – E

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos do Brasil devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

Portanto, é considerado uma referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como das propostas pedagógicas das instituições escolares.

Nesse sentido os currículos escolares relativos a todas as etapas e modalidades da Educação Básica devem ter a BNCC como referência obrigatória e incluir uma parte

diversificada, definida pelas instituições ou redes escolares de acordo com a LDB, as diretrizes curriculares nacionais e o atendimento das características regionais e locais, segundo normas complementares estabelecidas pelos órgãos normativos dos respectivos Sistemas de Ensino.

71 – A

Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular espera-se a superação da fragmentação das políticas educacionais, o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e que esta base curricular seja balizadora da qualidade da educação.

Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

72 – C

No âmbito da BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Esclarecendo as competências

- 1- Conhecimento: Ela traz a proposta de um aluno ativo, que consegue não apenas compreender e reconhecer a importância do que foi aprendido, mas, principalmente, refletir sobre como ocorre a construção do conhecimento, conquistando autonomia para estudar e aprender em diversos contextos, inclusive fora da escola.
- 2- Pensamento científico, crítico e criativo: Trata do desenvolvimento do raciocínio, que deve ser feito por meio de várias estratégias, privilegiando o questionamento, a análise crítica e a busca por soluções criativas e inovadoras.
- 3- Repertório cultural: Estabelece como fundamental que os alunos conheçam, compreendam e reconheçam a importância das mais diversas manifestações artísticas e culturais. E acrescenta que eles devem ser participativos, sendo capazes de se expressar e atuar por meio das artes.
- 4- Comunicação: Aponta que, para se comunicar bem, crianças e jovens necessitam entender, analisar criticamente e saber se expressar utilizando uma variedade de linguagens e plataformas. Enfatiza a importância de que a comunicação ocorra por meio da escuta e do diálogo.
- 5- Cultura digital: Reconhece o papel fundamental da tecnologia e estabelece que o estudante deve dominar o universo digital, sendo capaz, portanto, de fazer um uso qualificado e ético das diversas ferramentas existentes e de compreender o pensamento computacional e os impactos da tecnologia na vida das pessoas e da sociedade.
- 6- Trabalho e projeto de vida: Compreende a capacidade de gerir a própria vida.

Os estudantes devem conseguir refletir sobre seus desejos e objetivos, aprendendo a se organizar, estabelecer metas, planejar e perseguir com determinação, esforço, autoconfiança e persistência seus projetos presentes e futuros. Inclui a compreensão do mundo do trabalho e seus impactos na sociedade, bem como das novas tendências e profissões.

- 7- Argumentação: Aqui o destaque é para a capacidade de construir argumentos, conclusões ou opiniões de maneira qualificada e de debater com respeito às colocações dos outros. Ela inclui a consciência e a valorização da ética, dos direitos humanos e da sustentabilidade social e ambiental como referências essenciais no aprendizado dessa competência para orientar o posicionamento dos estudantes.
- 8- Autoconhecimento e autocuidado: Trata do aprendizado que crianças e jovens devem adquirir a respeito de si mesmos, sendo capazes de identificar seus pontos fortes e fragilidades, lidar com suas emoções e manter a saúde física e o equilíbrio emocional.
- 9- Empatia e cooperação: Aborda o desenvolvimento social da criança e do jovem, propondo posturas e atitudes que devem ter em relação ao outro. Fala da necessidade de compreender, de ser solidário, de dialogar e de colaborar com todos, respeitando a diversidade social, econômica, política e cultural.
- 10- Responsabilidade e cidadania: Estabelece a necessidade de desenvolver na criança e no jovem a consciência de que eles podem ser agentes transformadores na construção de uma sociedade mais democrática, justa, solidária e sustentável.

73 – E

A Base Nacional Curricular Comum – BNCC não é de iniciativa de um ou de outro governo, é política de Estado e está amparada legalmente desde a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, no artigo 26, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, em seu artigo 14 e pelas Metas 2,3 e 7 do Plano Nacional de Educação.

Foi recentemente promulgada, depois de diversas versões submetidas a debates, em um processo de elaboração acompanhado pelo Conselho Nacional de Educação e pela sociedade de forma ampla.

74 – B

As áreas do conhecimento na etapa da educação Básica - Ensino Fundamental são: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.

A área de Linguagens é composta pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e, no Ensino Fundamental – Anos Finais, Língua Inglesa e a área de Ciências Humanas é composta pelos componentes curriculares Geografia e História.

75 – A

Os currículos são compostos pela BNCC e por uma parte diversificada definida pelas instituições ou redes escolares que atendam às necessidades e peculiaridades de

cada região.

A BNCC e a parte diversificada não podem ser consideradas como dois blocos distintos justapostos, pois a parte diversificada **enriquece e complementa** a BNCC devendo ser planejadas, executadas e avaliadas como um todo integrado.

76 – E

A organização de três agrupamentos como eixos centrais para a oferta de ações formativas aos servidores da rede reúnem temas que têm como objetivo nortear as propostas de ações formativas a serem ofertadas, considerando a especificidade das atividades profissionais do público-alvo envolvido e temáticas relevantes para sua formação.

77 – E

O líder educacional deve promover uma comunicação eficiente e eficaz, deve saber utilizar a linguagem verbal e não verbal de maneira consciente de forma a garantir uma relação de diálogo de forma democrática com seus interlocutores. Para isso, deverá ser capaz de:

- Apresentar ideias de forma organizada, lógica, incluindo análise de informações, de forma envolvente e dinâmica.
- Saber se comunicar de forma clara e apropriada para cada público, fazendo uso adequado das normas, da forma e conteúdo da linguagem utilizada.
- Realizar e promover a circulação de informações em todos os níveis, efetivando as ações e o andamento dos processos para obter os melhores resultados.
- Valorizar diferentes pontos de vista, oferecendo o mesmo nível de atenção, tempo e respeito em cada interação.
- Praticar escuta atenta, que observa linguagem verbal e não verbal, e checar constantemente com seus interlocutores para verificar a compreensão dos discursos apresentados.

78 – A

O líder educacional deve ter a prática-reflexiva em relação às suas ações, dessa forma promover a melhoria nos resultados e no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Deve corrigir os rumos numa ação corretiva, na qual vai realizar ajustes necessários para que os alunos tenham sucesso na aprendizagem, nunca perdendo de vista que o aluno é a centralidade do processo de ensino aprendizagem.

79 – B

A característica importante que o líder educacional deve apresentar é a capacidade de identificar, em sua equipe, as lideranças intermediárias formadas por profissionais que demonstram competências e habilidades de liderança para executar determinadas ações conferidas a eles.

Em outras palavras, o líder intermediário é aquele que apesar de não ocupar cargo/função de gestão apresenta no desenvolvimento de seu trabalho competências e habilidades de liderança e pode ser um par avançado para auxiliar o gestor.

80 – E

Todas as alternativas estão corretas. O currículo se compromete em formar crianças e jovens para que se tornem adultos preparados para exercer suas responsabilidades (trabalho, família, autonomia etc.) e para atuar em uma sociedade que depende deles. O currículo é a referência para ampliar, localizar e contextualizar os conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo do tempo.

81 – B

A alternativa “A” está incorreta porque com a Universalização do Ensino Fundamental, a educação incorpora toda a heterogeneidade que caracteriza o povo brasileiro; nesse contexto, para ser democrática, a escola tem de ser igualmente acessível a todos. A alternativa (B) está correta porque esse é o direito básico, mas a escola deverá ser tão diversa quanto são os pontos de partida das crianças que recebe. Assim será possível garantir igualdade de oportunidade, diversidade de tratamento e unidade de resultados. A alternativa (C) está incorreta porque o professor ao formular seu plano de trabalho indique o que vai ensinar e não o que o aluno vai aprender. A alternativa (D) está incorreta porque a transição da cultura do ensino para a da aprendizagem não é um processo individual, uma vez que a escola deve fazê-lo coletivamente. A alternativa (E) está incorreta porque os alunos considerados neste Currículo do Estado de São Paulo têm, de modo geral, entre 11 e 18 anos, o que significa estar em uma fase peculiar da vida, entre a infância e a idade adulta.

82 – C

Uma matriz de referência de avaliação pode *ter muitas finalidades*. A mais importante delas é o seu poder de sinalização das estruturas básicas de conhecimentos a serem construídas por crianças e jovens por meio dos diferentes componentes curriculares em cada etapa da escolaridade básica.

83 – A

A alternativa (B) está incorreta porque as competências do *Grupo I* são as competências para observar e referem-se aos esquemas presentativos ou representativos, propostos por Jean Piaget, e não as competências do Grupo II. A alternativa (C) está incorreta porque as Competências para realizar são do Grupo II e não do grupo III. A alternativa (D) está incorreta porque as Competências para observar correspondem ao Grupo I e não ao grupo II. A alternativa (E) está incorreta porque correspondem ao Grupo II. Assim, resumindo:

Grupo I – Competências para observar.

Grupo II - Competências para realizar

Grupo III – Competências para compreender

84 – E

O desenvolvimento científico-tecnológico tem sido tão rápido que certos processos e equipamentos podem tornar-se obsoletos em poucos anos. Essa corrida pela inovação transforma até mesmo algumas práticas sociais, como está acontecendo com a rápida expansão da telefonia móvel e da rede mundial de computadores. Por sua vez, as ciências também se beneficiam do desenvolvimento tecnológico nas suas investigações, como no lançamento em órbita terrestre de um grande telescópio, ou na tomada e no processamento de dados científicos feitos em laboratórios, por equipamentos informáticos.

85 – A

Ainda que diferentes ciências, como a Biologia, a Física e a Química tenham certos objetos de estudo e métodos próprios, também têm em comum conceito, métodos e procedimentos, critérios de análise, de experimentação e de verificação. A alternativa (B) está incorreta porque ao fim do Ensino Fundamental, é *possível* identificar e qualificar as muitas tecnologias presentes na produção industrial e energética, agropecuária e extrativa, nas comunicações, no processamento de informações, nos

serviços de saúde, nos bens de consumo, no monitoramento ambiental etc. A alternativa (C) está incorreta porque *há uma ampla interface* com a área das linguagens e códigos, pois as Ciências da Natureza, de um lado, fazem uso de inúmeras linguagens e, de outro, constituem linguagens elas próprias. A alternativa (D) está incorreta porque a educação de base que se conclui no Ensino Médio *deve promover* conhecimento científico e tecnológico para ser apreendido e dominado pelos cidadãos como recurso seu, não “dos outros” e utilizado como recurso de expressão, instrumento de julgamento, tomada de posição ou resolução de problemas em contextos reais. A alternativa (E) está incorreta porque as novas tecnologias da informação produziram uma mudança na produção, na organização, no acesso e na disseminação do conhecimento. *A escola hoje já não é mais a única* detentora da informação e do conhecimento, mas cabe a ela preparar seu aluno para viver em uma sociedade em que a informação é disseminada em grande velocidade.

86 – A

As escolas devem estabelecer projeto especial para atender alunos cujas condições especiais de saúde comprometam o cumprimento das obrigações escolares, utilizando-se de procedimentos pedagógicos, tais como: compensação de ausência, trabalhos de pesquisa, avaliações especiais (escritas ou orais), procedimentos estes compatíveis com a condição e a disponibilidade de tempo desses estudantes. A alternativa (B) está incorreta porque as escolas *devem estabelecer projeto especial*. A alternativa (C) está incorreta porque a educação de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa, sendo que a relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e *de desenvolvimento pessoal*. A alternativa (D) está incorreta porque o resultado final da avaliação feita pela escola, em consonância com o Regimento Escolar, *deve refletir o desempenho global do aluno* durante o período letivo, no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância *dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos* e dos resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida, considerando as características individuais do aluno e indicando sua possibilidade de prosseguimento de estudos. A alternativa (E) está incorreta porque após cada avaliação, o aluno, ou seu representante legal, que dela discordar, *poderá apresentar pedido* de reconsideração junto à direção da escola.

87 – D

Apenas a afirmação III está incorreta porque as escolas do Sistema Estadual de Ensino deverão formular sua Proposta Pedagógica, indicando com clareza as aprendizagens que devem ser asseguradas aos alunos, e elaborar o Regimento Escolar, especificando sua proposta curricular e as estratégias de implementação do currículo, *e as formas de avaliação dos alunos, de acordo com as orientações emanadas deste Colegiado*.

88 – E

A alternativa (A) está incorreta porque temos que evidenciar a importância da flexibilização do tempo para a organização do ensino e para a efetivação de aprendizagens. A alternativa (B) está incorreta porque temos que fornecer a pais e/ou responsáveis parâmetros e orientações que viabilizem e estimulem o monitoramento do processo de aprendizagem do aluno. A alternativa (C) está incorreta porque temos que garantir ao aluno um ensino que, a partir de seus conhecimentos prévios, implemente novos conteúdos curriculares, visando às aprendizagens previstas para cada ano de cada Ciclo do Ensino Fundamental. A alternativa (D) está incorreta porque temos que ressaltar a importância de intervenções pedagógicas, com ações de reforço, recuperação e aprofundamento curricular, como mecanismos indispensáveis à obtenção de bons resultados de aprendizagem.

89 – A

Ciclo de Alfabetização, do 1º ao 3º ano; Ciclo Intermediário, do 4º ao 6º ano; e Ciclo final, do 7º ao 9º ano. O Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º ano) tem como finalidade propiciar aos alunos a alfabetização, o letramento das diversas formas de expressão e de iniciação ao aprendizado de Matemática, Ciências, História e Geografia, de modo a capacitá-los até o final deste Ciclo, a fazer uso da leitura, da linguagem escrita e das diversas linguagens utilizadas nas diferentes situações de vida, dentro e fora do ambiente escolar. O Ciclo Intermediário (4º ao 6º ano) tem como finalidade assegurar aos alunos a continuidade e o aprofundamento das competências leitora e escritora, com ênfase na organização e produção escrita, em consonância com a norma padrão, nas diferentes áreas de conhecimento. O Ciclo Final (do 7º ao 9º ano) tem como finalidade assegurar a consolidação das aprendizagens previstas para este Ciclo, contemplando todo o currículo escolar estabelecido para o Ensino Fundamental.

90 – B

Conforme o Artigo 1º Fica instituído no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo o regime de progressão continuada, no ensino fundamental, com duração de *oito anos*. § 1º O regime de que trata este artigo pode ser organizado em um ou mais ciclos.

91 – C

O projeto educacional de implantação do regime de progressão continuada deverá especificar, entre outros aspectos, mecanismos que assegurem: avaliação institucional interna e externa; meios alternativos de adaptação, de reforço, de reclassificação, de avanço, de reconhecimento, de aproveitamento e de aceleração de estudos; atividades de reforço e de recuperação paralelas e contínuas ao longo do processo e, se necessárias, ao final de ciclo ou nível; articulação com as famílias no acompanhamento do aluno ao longo do processo, fornecendo-lhes informações sistemáticas sobre frequência e aproveitamento escolar.

92 – E

A afirmação I está correta. Por este motivo, o IDESP é composto por dois critérios: o desempenho dos alunos nos exames de proficiência do SARESP (o quanto aprenderam) e o fluxo escolar (em quanto tempo aprenderam). Esses dois critérios se complementam na avaliação da escola. A afirmação II também está correta, uma vez que o desempenho dos alunos é medido pelos resultados dos exames de Língua Portuguesa (LP) e Matemática (Mat) do SARESP, nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e na 3ª série do Ensino Médio. A afirmação III está correta porque De acordo com as notas obtidas pelos alunos, é possível agrupá-los em quatro níveis de desempenho, definidos a partir das expectativas de aprendizagem da Proposta Pedagógica do Estado de São Paulo: abaixo do básico, básico, adequado e avançado. De acordo com as notas obtidas pelos alunos, é possível agrupá-los em quatro níveis de desempenho, definidos a partir das expectativas de aprendizagem da Proposta Pedagógica do Estado de São Paulo: ABAIXO DO BÁSICO (onde os alunos demonstram domínio insuficiente dos conteúdos, competências e habilidades requeridos para a série escolar em que se encontram); BÁSICO (Os alunos demonstram desenvolvimento parcial dos conteúdos, competências e habilidades requeridos para a série escolar em que se encontram); ADEQUADO (Os alunos demonstram conhecimentos e domínio dos conteúdos, competências e habilidades requeridos para a série escolar em que se encontram); AVANÇADO (Os alunos demonstram conhecimentos e domínio dos conteúdos, competências e habilidades além do requerido para a série escolar em que se encontram). A afirmação III está correta Atualmente, uma das maiores demandas sociais é a melhoria da qualidade da educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal, o Programa de Qualidade das Escolas (PQE) do Governo do Estado de São Paulo e o movimento da sociedade civil “Compromisso Todos Pela Educação” (TPE) se

constituem em mobilizações que buscam atender a essa demanda essencial. A afirmação IV está correta porque a grande inovação do PQE em 2008 foi propor metas de longo prazo para a melhoria de toda a rede estadual de ensino e, junto com elas, estabelecer metas anuais específicas para cada escola, com o objetivo de garantir que todas elas atinjam a meta de longo prazo. As metas anuais servem como um guia da trajetória, que as escolas devem seguir fornecendo subsídios para a tomada de decisões dos gestores e demais profissionais ligados ao sistema educacional da rede estadual paulista.

93 – A

O Programa de qualidade da escola: nota técnica. São Paulo: SEE, 2018, tem como objetivo promover a melhoria da qualidade e a equidade do sistema de ensino na rede estadual paulista, com ênfase no direito que todos os alunos da rede pública possuem: o direito de aprender com qualidade. Para realizar esta tarefa, o Programa de Qualidade da Escola avalia *anualmente* cada escola estadual paulista de maneira objetiva, a fim de acompanhar a qualidade do serviço educacional prestado, e propõe metas para o aprimoramento da qualidade do ensino que oferecem. O IDESP tem o papel de dialogar com a escola, fornecendo-lhe ao mesmo tempo um *diagnóstico que aponte suas fragilidades e potencialidades e um norte que permita sua melhoria constante*.

O IDESP corresponde à *multiplicação* de dois indicadores – o indicador de desempenho (ID), que avalia quanto os alunos aprenderam, e o indicador de fluxo (IF), que avalia quanto tempo os alunos levam para aprender. O desempenho dos alunos é medido pelos resultados dos exames de Língua Portuguesa (LP) e Matemática (Mat) do SARESP, nos *5º e 9º anos do Ensino Fundamental e na 3ª série do Ensino Médio*.

94 – C

Todas as séries do ensino fundamental, nos seguintes componentes curriculares: Português (incluindo redação) e Matemática, Ciências, História e Geografia; e todas as séries do ensino médio nos seguintes componentes curriculares: Português (incluindo redação), Matemática, História, Geografia, Química, Física e Biologia.

95 – C

Confiança na própria capacidade para elaborar estratégias pessoais diante de situações-problema; valorização das trocas de experiências com seus pares como forma de aprendizagem. Curiosidade por questionar, explorar e interpretar os diferentes usos dos números, reconhecendo sua utilidade na vida cotidiana. Interesse e curiosidade por conhecer diferentes estratégias de cálculo; Apreciação da organização na elaboração e apresentação dos trabalhos.

96 – B

2º ano. Conforme as orientações curriculares do Estado de São Paulo – versão preliminar – Currículo de matemática dos anos iniciais do ensino fundamental, em síntese espera-se que os alunos do segundo ano, ao longo de um ano letivo, construam conhecimentos que lhes permitam: a) Utilizar números para expressar quantidades de elementos de uma coleção e para expressar a ordem de um elemento em uma sequência; b) Utilizar números como código na organização de informações; c) Utilizar diferentes estratégias para quantificar elementos de uma coleção: contagem, formação de pares, estimativa e correspondência de agrupamentos; d) Identificar regularidades na série numérica para nomear, ler e escrever números naturais; e) Organizar agrupamentos para facilitar a contagem e a comparação entre coleções f) Produzir escritas numéricas de números frequentes e escrever números em sequência, identificando regularidades e regras do Sistema de Numeração Decimal; etc.

